

NOVAS RURALIDADES: IDENTIDADE, MEIO AMBIENTE E TURISMO NO VALE DO RIBEIRA, SP¹

Marisa Barbosa Araujo Luna^{2}*

RESUMO: Este artigo trata de situações sociais contemporâneas envolvendo novas ruralidades, perpassadas por temas transversais como meio ambiente, identidade, territorialidade e turismo. A região do médio Vale do Ribeira-SP se destaca pelo grande número de Comunidades Quilombolas. André Lopes e Sapatú, já tituladas, têm em comum a sobreposição do território quilombola ao Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). A demanda pelo direito sobre o patrimônio natural da área sobreposta é central neste contexto; a possibilidade de sua exploração turística é vista pelos moradores como uma alternativa econômica à agricultura. Assim, estratégias pessoais e familiares explicitam representações e práticas nas quais se articulam as noções de identidade étnica, ecológica e territorial.

PALAVRAS-CHAVE: Novas ruralidades, turismo, identidade étnica, meio ambiente, processos sociais.

COMPREENSÕES DO RURAL OU O RURAL RESSEMANTIZADO

O contexto contemporâneo, delineado pelo processo de globalização, redesenha as relações de mercado, redimensiona o papel do Estado e configura novas formas de sociabilidade. A diversificação da produção agrícola, as tecnologias alternativas de cunho agroecológico e orgânico, as relações entre novos atores sociais, a expansão do turismo rural, ecológico e cultural, a valorização das culturas locais e das identidades étnicas reconfiguram o mundo rural.

^{1*} Uma versão deste artigo foi apresentada no GT 21: Ruralidade Contemporânea: desafios e perspectivas, do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, realizado em outubro de 2005, em Caxambu.

^{2**} Doutoranda em Antropologia Social – IFCH/Unicamp. Membro do CERES – Centro de Estudos Rurais – IFCH / UNICAMP.

No campo dos estudos rurais, os fenômenos contemporâneos instauraram um debate acerca da redefinição do quadro teórico e analítico.

Vale lembrar que Mormont critica a perspectiva do “fim do rural” e propõe que a dicotomia rural-urbano não seja pensada enquanto uma assertiva apriorística metodológica: “somente fazendo desta divisão do espaço uma dimensão da vida social e procurando entender como ela se articula às outras dimensões, considerando a divisão rural-urbano³ como objeto e não como quadro de análise, que se pode fazer uma análise do rural que permita compreender, para além dos discursos, as problemáticas e o sentido das transformações em curso na sociedade global” (Mormont, 1996:176).

O mesmo autor aponta para o fato de que as evoluções demográficas, econômicas e o aumento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas sociedades distintas e até mesmo opostas. Para ele, entretanto, isso não significa um esgotamento da questão rural.

A proposta da existência de dois espaços diferenciados, empírica e analiticamente, – o rural e o urbano –, permanece, mas recolocada de forma diversa. Como bem define Wanderley, “... privilegiam como *objeto de estudo*, os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e a própria diversidade das relações dialéticas, que eles estabelecem com o mundo urbano e o conjunto da sociedade” (Wanderley, 2000:130).

Não se trata de focar as sociedades rurais a partir de uma perspectiva totalizante; da mesma maneira, não se trata de pensar a autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade. (Cf. Ferreira, 2002)

Uma das perspectivas teórico-metodológicas que abordam a confluência dos processos sociais no campo permite falar em novas ruralidades, ou seja, dinâmicas contemporâneas que redesenham a dicotomia campo-cidade. As identidades rurais, ou novas ruralidades, são socialmente construídas no interior de processos sociais, em contextos especí-

³ Sobre o debate teórico acerca da relação rural-urbano Cf. Mendras, 1991; Redfield, 1960; Shanin, 1980; Wolf, 2003.

ficos e expressam as novas relações entre campo e cidade. (Cf. Carneiro, 1998)

Ainda no caminho de uma redefinição da relação rural-urbano, Wanderley contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano, e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga “recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação” (Wanderley, 2000). Acredita que o mundo rural é um segmento da sociedade mais ampla que o domina, e propõe uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um “espaço singular”.

A autora acredita que mesmo quando se atinge a equidade (ou homogeneidade no acesso aos recursos materiais), as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram as diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, sobre os direitos e sobre as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. Para localizar o lugar de onde falo, cabe ressaltar alguns aspectos do debate: a autonomia do universo rural enquanto categoria de representação historicamente construída e espaço de vida.

O fato de cada categoria social usar um ou outro elemento para definir a sua identidade depende de sua situação na localidade e da conjuntura relacional que vivencia. A articulação entre noções do rural e identidade social é que permite abordar as ruralidades enquanto expressões multi-identitárias. As identidades são construídas pelas representações dos atores de acordo com suas representações do passado, o tipo de atividade econômica, estilo de vida, formas de lazer e demandas político-sociais.

Assim, a reconceituação sócio-política do rural assume diversas formas. A linguagem do meio ambiente e da etnicidade tem sido colocada pelos atores rurais para legitimar identidades e reivindicações. Como bem coloca Moreira e Gaviria, “as representações sobre o rural deixam de ser elaboradas a partir de categorias opostas em relação ao urbano,

apoiadas em aspectos econômicos, para se firmarem em valores de cunho ambiental e cultural” (Moreira & Gaviria, 2002: 50).

O rural, portanto, passa a ser compreendido enquanto uma categoria analítica, uma categoria política e uma categoria social. Categoria que carrega em si a diversidade das relações entre espaços sociais, atores sociais e suas dinâmicas, inscritas no tempo e no espaço.

Jollivet, ao refletir sobre a vocação da sociologia rural, ainda no final da década de 90 constrói uma proposta analítica e metodológica capaz de dar conta das dinâmicas sociais que compõem o quadro rural contemporâneo. Nesta, o entrecruzamento entre duas análises – micro e macro – é indispensável. O autor propõe a reelaboração do quadro de análise de um sistema social localizado, para que este aborde as transformações internas das comunidades, as novas funções que delas se esperam, as recomposições espaciais às quais são levadas, a emergência de novas solidariedades territoriais, as novas problemáticas, os novos conflitos e as novas funções identitárias.

O contexto atual requer a análise das mudanças, da transição e pressupõe análises circunstanciadas capazes de perceber “continuidades e as transformações nos processos de *reprodução da sociabilidade e o sentido das relações sociais*” (Jollivet, 1998:18). Há, portanto, a necessidade de “um retorno maciço e metódico às pesquisas de campo, porque faltam as observações concretas para fazer um contrapeso à crescente invasão de discursos, imagens e estatísticas que constroem o senso comum nesse nosso tema” (Jollivet, 1998:18).

Orientada pelas perspectivas descritas, volto o meu olhar para um estudo de caso nas comunidades remanescentes do quilombo de André Lopes e Sapatú, no Vale do Ribeira, SP.

DE NEGROS RURAIS A QUILOMBOLAS

Até a década de 70, no Brasil, o imbricamento entre etnicidade e ruralidade não era sequer mencionado no campo das Ciências Sociais. Estudos sociológicos e antropológicos sobre populações rurais que apre-

sentavam a particularidade de serem negras apareceram a partir de então⁴, porém tal imbricamento não era o foco central das abordagens.

Estamos, hoje, diante de uma nova realidade, que vai além de uma percepção legalista da pluralidade da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 formalmente garante a diversidade étnica e cultural. A etnicidade tornou-se um instrumento vigoroso de reivindicações políticas e da busca pela construção de um país pluralista. Vale lembrar que os estudos sobre aculturação, que dominaram o universo antropológico na década de 50 no Brasil, colocaram a questão da diversidade numa perspectiva integralizadora.

No entanto, novas abordagens da diversidade étnica e cultural ajudam a compreender o processo que vem ocorrendo nas últimas décadas, nas quais se vivencia um momento significativo de emergência de identidades étnicas⁵. No caso dos grupos negros, a identidade de “remanescentes de quilombos”.

A Constituição federal de 1988, no artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias⁶, reconheceu a propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, impondo ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos. Tal reconhecimento, associado à previsão de tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, garantiu o reconhecimento constitucional às comunidades quilombolas. Dentre os avanços jurídicos que a discussão sobre a demarcação das terras quilombolas gerou, estão a incorporação de conceitos étnicos e culturais para a demarcação da terra (até então, os preceitos para a regularização da posse agrária envolviam somente o trabalho na terra), e a demarcação por comunidade, que implica no conceito de propriedade comum.

⁴ Cf. Gusmão, 1979; Brandão, 1977; Queiroz, 1983; Vogt e Fry, 1986.

⁵ Há um grande debate acerca do fenômeno da etnogênese (conceito usado para descrever a emergência e a reinvenção de identidades étnicas). Cf. Oliveira, 1999; Arruti, 1997; Banton, 1979.

⁶ Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Estabelecido o direito, coube ao Estado⁷ criar mecanismos para a sua aplicação e implementar procedimentos legais e administrativos referentes à regularização e titulação das terras de quilombos. A luta das comunidades remanescentes de quilombos, para a legalização fundiária de suas terras, passou a ser ponto de pauta da questão agrária no Brasil⁸.

Um grande debate acadêmico, acerca das definições e conceitos que estão ligados ao cumprimento do artigo 68, instaurou-se nos últimos anos (Cf. Almeida, 2002; Benatti, 1997, 1988, 2001; Carvalho, 2002; O'Dwyer, 2002; Rios, 1997; Andrade, 1997). Critérios antropológicos são determinantes para a definição das comunidades beneficiárias. Os conceitos de quilombo e de território, identidade e tradição são chaves para o processo de legitimação da posse das comunidades.

Contemporaneamente, as chamadas terras de preto, ou comunidades remanescentes de quilombo, constituem uma especificidade dentro do campesinato brasileiro e conjugam três elementos: terra, etnicidade e território. Entende-se que, além do uso da terra para subsistência, existe uma apropriação simbólica da mesma, constituindo assim os territórios negros no Brasil, marcados por histórias e ocupações singulares.

A emergência destas comunidades significa a produção de novos sujeitos políticos, de novas unidades de ação social, através de uma maximização da alteridade que, por um lado, transpõe a indistinção institucional verificada em outros momentos da história nacional (Cf. Arruti, 1997).

O uso da identidade étnica implica, para a população que a reivindica, a “possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no

⁷ Cabe ao Estado Nacional a obrigação da titulação das terras, entretanto, há casos em que as ocupações e território de quilombo incidem em áreas devolutas estaduais e/ou municipais, demandando a atuação do estado e/ou município.

⁸ Foram criados: o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, o Incra, desde 1995 criou uma categoria especial de projeto de assentamento: o Projeto Especial Quilombola. Estados como Pará e São Paulo criaram também Grupos de Trabalho com o objetivo de estudar e apresentar propostas às questões relacionadas com a regularização definitiva das terras quilombolas.

imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário” (Arruti, 1997:22). Trata-se de reconhecer nos grupos, até então marginais, um valor cultural totalmente novo: ao invés de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, passam a ser reconhecidos como símbolo de uma identidade, de uma cultura e de um modelo de luta e militância negra, explicitando a positividade atribuída à identidade quilombola. A exemplo disso, lembro que na primeira vez que fui a André Lopes, fui apresentada a João Vitorino, o presidente da Associação dos remanescentes de quilombo de André Lopes. Na nossa conversa de apresentação, que mais me pareceu um emocionado discurso inaugural pela formalidade da cena e pelo concatenamento e elaboração das idéias, apresentadas em volta de uma mesa, João fez questão de marcar positivamente a sua identidade: *“Eu me valorizo muito. Tenho orgulho de quem sou, da minha pele, do meu pai Lembro que no enterro dele, deixamos ele descalço: pode mostrar os pés deste nego porque este nego foi assim...”*

Desse modo, um novo campo de estudos passa a responder as demandas originadas na luta política, e recoloca a necessidade de estudos etnográficos que dêem conta do imbricamento entre identidade étnica, ruralidade e história.

Um novo objeto ainda em definição se coloca, sobretudo para antropólogos. A abordagem analítica de tal objeto pode ser feita a partir dos estudos rurais, dos estudos étnicos, ou ainda da interlocução entre as duas perspectivas. Para os estudos rurais, a abordagem teórico-metodológica proposta por Carneiro, que centraliza o foco nos processos sociais e nos atores sociais, permite uma amplitude maior de análise. Além de considerar as dinâmicas sociais, acredito que a proposta contempla de maneira satisfatória a dialética entre ação e representação no plano das relações sociais.

Sendo assim, uma possível linguagem sócio-política da ruralidade contemporânea é a identidade étnica. Ela traz, em si, atributos ecológicos, pois pressupõe uma forma específica de territorialidade, de uso dos recursos naturais e de práticas agrícolas (agricultura orgânica), mas também diz respeito a disputas por direitos territoriais e à inclusão econômica e política na sociedade nacional. André, monitor ambiental e morador

de André Lopes, explicita da seguinte maneira a relação entre etnicidade e ruralidade: *“Somos um pouquinho de cada um, agricultor rural e quilombola, mas com a diferença de ser quilombola, de ter agricultura de subsistência, diferente dos ruralistas e grandes produtores agrícolas.... a diferença é que não usamos produtos químicos, que fazemos a agricultura orgânica, por isso somos quilombolas rurais...”*

ANDRÉ LOPES, SAPATÚ E PLURIATIVIDADE

Localizadas à margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, no município de Eldorado, as atuais comunidades quilombolas Sapatú e André Lopes sofreram ocupação derivada dos dois ciclos econômicos pelos que passou o Médio Vale do Ribeira: o ouro e a cultura de arroz e cana de açúcar. A mineração preponderou como atividade econômica principal do século XVII ao final do século XVIII. Com o declínio da mineração, a atividade agrícola passou a prevalecer a partir de meados do séc. XIX (Cf. Stucchi, 2000). O contingente de mão-de-obra escrava, usado sobretudo na atividade mineradora, foi residualmente utilizado pelos fazendeiros da região.

Assim, Stucchi define que:

“A história de ocupação do Vale se confunde com a história da formação das comunidades negras que participaram dos grandes ciclos econômicos de maneira marginal, porém articulada com os ocupantes brancos da região. A presença autônoma ou relativamente autônoma das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configuração de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros.” (Stucchi, 2000:65)

No séc. XX, em meados da década de 50, as melhores terras da região estavam nas mãos dos grandes proprietários, restando aos demais as áreas inclinadas, impróprias para o cultivo agrícola. Nesse contexto, a atividade de extração do palmito juçara ascende comercialmente. Com o

auge econômico da atividade extrativa, entra em cena o Estado, como interventor direto na vida das comunidades rurais, através da política de criação de unidades de conservação por toda a região do Vale do Ribeira.

Os limites do Parque Estadual de Jacupiranga se sobrepueram ao território de André Lopes e Sapatú, impondo à população local limitações e restrições ao uso da terra, impedindo a manutenção de práticas extrativas e agrícolas que configuravam uma forma peculiar de uso do território: o uso comum⁹.

Ainda na década de 60, foi inaugurada a estrada ligando os municípios de Eldorado e Iporanga. A construção da estrada, somada às restrições impostas pela legislação ambiental, instaurou uma nova organização espacial na localidade. Os moradores de ambas as comunidades passaram a se concentrar perto da estrada, fora dos limites do Parque. Assim, as populações de Sapatú e André Lopes ocupam hoje cerca de 6 quilômetros de extensão, ao longo da rodovia.

Em 2001, ambas foram reconhecidas como remanescentes de quilombos, com uma população de cerca de 82 e 76 famílias, respectivamente, e com uma área de aproximadamente 2500 halqueires cada uma. Apesar das comunidades terem sido tituladas separadamente, é importante ressaltar que a origem e a existência de ambas se dá em conjunto, desenhada por uma rede de relações sociais. Antes de serem unidades sociais concretas – tipo “micromunicípios” –, são formas de auto-identificação utilizadas pelos membros das comunidades nas suas relações com a sociedade englobante. Ao mesmo tempo em que Sapatú e André Lopes configuram a “unidade” comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, guardam suas especificidades e marcas de distinção, explicitadas na diversidade social interna¹⁰ e em disputas e conflitos pela ação de

⁹ Ao contrário da forma de uso e apropriação do território, encontrada em diversas regiões e estruturada em módulos rurais de terra “que levam sempre à formação de um quadrilátero, de áreas contínuas e fechadas” (Benatti, 2001:40), as áreas de *uso comum* não são fixas e permanentes: os roçados são cultivados anualmente em manejo rotativo, tampouco as áreas para extração de recursos naturais (caça, pesca, palmito, sapé) são necessariamente adjacentes.

¹⁰ O grupo conhecido e que se reconhece enquanto comunidade quilombola Sapatú, é constituído por 3 subgrupos, a saber, Cordas, Indaiatuba e Sapatú. A identidade “institucionalizada” Sapatú é acionada na relação com a sociedade englobante e com as outras comunidades quilombolas. No contexto da organização e das relações sócio-espaciais do gru-

mediadores e execução de projetos¹¹. Isso mostra o caráter relacional e situacional das marcações identitárias.

A agricultura é bastante variada: são plantados arroz, feijão, mandioca, milho, cana de açúcar e banana. Algumas famílias ainda criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e patos. Entretanto, a dificuldade do acesso à terra, agravada pelas restrições da legislação ambiental, atingiu os pequenos agricultores: estes ficaram limitados a um pedaço pequeno de terra, não podendo mais praticar o sistema de coivara, que exige intensa rotação das terras usadas para o cultivo.

Esse quadro contribui para a busca de atividades não agrícolas que, segundo vários autores, dentre eles Wanderley, é um fenômeno observável no mundo rural contemporâneo, já que “o que caracteriza hoje o perfil da ‘categoria socioprofissional’ dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade freqüente de que os agricultores se tornem *polivalentes* e *pluriativos*, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar.” (Wanderley, 2000:123)

Moradores de André Lopes e Sapatú buscam a complementação da renda através da diversificação de atividades. Verifica-se a combinação entre agricultura e atividades de comércio como bares e restaurantes, venda de artesanato e prestação de serviços, como pedreiro, faxineira, monitores ambientais além do assalariamento em colheitas e plantações

po, operam ainda as distinções internas.

¹¹ Com o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, a atuação de ONGs, Universidades e Instituições estatais nas comunidades se fez extremamente presente na forma de parcerias e de desenvolvimentos de projetos de educação, de alternativas econômicas e geração de renda. Atualmente em Parceria com a ONG Amora Carambola e com a Pró Reitoria da Extensão da Unicamp, está sendo desenvolvido em Sapatú um projeto que visa a implantação de uma fábrica comunitária de processamento de banana, a capacitação de 20 monitores e a colocação da produção no mercado. Este projeto está sendo financiado pelo programa Fome Zero da Petrobrás.

de grandes propriedades da região. Há um grande número, em ambas as comunidades, de beneficiários de programas assistenciais do governo, que vão desde o “bolsa escola” até o “vale gás”.

A fala de João Vitorino, presidente da Associação Quilombola de André Lopes e arrendatário de um restaurante, enuncia a busca por alternativas econômicas à agricultura: “*A roça está se acabando e a gente quer diminuir desmatamento para diminuir o impacto, mas como fazer isso se não tem outra alternativa? Aqui tem trabalho, mas não tem emprego.*”

Assim, nesse contexto, a tendência é a crescente importância da atividade turística em detrimento da agrícola, o que mostra que a associação do trabalho pluriativo exclusivamente aos processos de urbanização e industrialização pode ser muito limitadora (Alentejano, 1999).

A busca de alternativas pode ser percebida também como consequência da ausência de políticas públicas voltadas para os pequenos produtores, pois para se ter acesso ao crédito é necessário o título da terra, e as comunidades em questão ainda não são tituladas¹². A dificuldade de escoamento e comercialização de produtos agrícolas também se coloca na região.

A condição de pluriativo pode ser uma resposta às necessidades de reprodução das unidades domésticas, mas nem sempre a valorização simbólica de uma ou outra atividade corresponde à sua importância econômica para a família. Seu José Pedro e sua esposa produzem e vendem balas artesanais de banana. Nos finais de semana, seu José vai até as proximidades da Caverna do Diabo¹³ para oferecer o produto aos turistas. Faz questão de enfatizar: “*Eu não vivo disso, não. É uma com-*

¹² Alguns passos compõem o processo de acesso à terra. O primeiro é a *identificação*: a partir da demanda do grupo, representado por uma associação local. A partir da auto-identificação do território, é elaborado um croqui de uso e ocupação da área, que embasará a demarcação técnica do território. Um relatório técnico (laudo antropológico) é elaborado e, uma vez publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, oficializa-se o *reconhecimento* da comunidade.

Uma vez *reconhecida*, iniciam-se os trâmites para processo de *titulação*, que apresenta diferenças de acordo com as características jurídicas das terras que compõem a área pleiteada pela comunidade: se devolutas, não discriminadas ou particulares. Os títulos de domínio são emitidos, porém estes só podem ser registrados na medida em que as áreas tenham sido desapropriadas.

¹³ A Caverna do Diabo é um ponto turístico localizado no Parque Estadual de Jacupiranga.

plementação. *Eu vivo do cabo da enxada, de segunda a sexta. Ela [a bala] não deixa ninguém rico, mas dá prá ganhar algumas moedinhas.*” Quando então perguntei sobre os produtos que plantava e comercializava, seu José respondeu que *“plantava um pouco de tudo: arroz, mandioca, banana, feijão, milho”*, mas só para o consumo familiar, pois *“o mais importante agora não é vender; é não comprar...”* Nota-se que ele atribui maior importância à atividade agrícola, mesmo que esta não esteja gerando alguma renda (diretamente) para a família. Assim, citando Carneiro, vemos que

“É necessário, portanto, levar em conta não apenas os aspectos materiais envolvidos no exercício da pluriatividade, mas também, e principalmente, os seus conteúdos culturais e ideológicos segundo os projetos individuais e os interesses das famílias” (Carneiro, 1998:212).

A peculiaridade da situação local reside no fato de que a perspectiva de titulação da terra faz com que a situação assuma um caráter temporário, e que a venda da terra não se coloca como solução em situação nenhuma.

Ter acesso à propriedade da terra implica no acesso à novas fontes de recursos através de políticas públicas, mas também através de alternativas econômicas como a exploração de nichos de mercado, que vão desde o turismo ecológico até a venda de produtos agrícolas, artesanais, agregados do “valor étnico”. Assim, na fala de João Vitorino: *“Temos que valorizar o que é nosso, porque vamos competir com o que é de fora. Senão não dá prá ganhar...”*

O que se espera, portanto, é a regularização da propriedade da terra, para que o acesso às novas possibilidades e alternativas não seja só um projeto.

TER A TERRA E ESTAR NO PARQUE

Criado em 1969, o Parque Estadual de Jacupiranga – PEJ – possui uma área de cerca de aproximadamente 150.000 hectares. É o segun-

do maior Parque do Estado e fonte permanente de conflitos. Espalha-se sobre as comunidades de André Lopes e Sapatú.

Em 1997, a reativação de projetos de turismo ambiental fomentados pelo Instituto Florestal iniciou uma nova fase de conflitos com as comunidades. A população que ainda se encontrava dentro dos limites do Parque foi empurrada para a sua borda, aonde atualmente reside a maior parte dos moradores de ambas as comunidades¹⁴.

Um outro complicador foi a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar¹⁵, em 1984, que abrangeu parte dos 11 municípios do Vale do Ribeira, ocupando uma área de cerca de 469.450 hectares. A APA Serra do Mar fecha um circuito geográfico com as outras Unidades de Conservação do Vale e incide aonde estão localizadas as comunidades de André Lopes e Sapatú. O Zoneamento da APA regula o uso dos recursos naturais e, com a sua criação, a atividade fiscalizadora se intensificou de tal maneira que, a partir da década de 80, a prática agrícola decresceu extremamente. Embora não seja proibido, o manejo agrícola no interior da APA requer uma autorização do órgão licenciador estadual. Para tanto, o requerente deve apresentar o título de propriedade da área a ser desmatada. Como, até hoje, a população não possui o título de propriedade, sendo ainda classificada enquanto posseira perante a lei, o cultivo agrícola torna-se, no mínimo, irregular, se praticado. Com a ausência desta licença, se um morador for autuado pela Polícia Florestal, ele poderá responder administrativamente, civilmente e até criminalmente pelo ato. O que acontece, de fato, é que os moradores passam a cultivar pequenos roçados, em lugares bem afastados, nos *sertões*. A distância e o

¹⁴ A Lei 10.850, de 06/07/2001, recua os limites do PEJ. Entretanto, para que haja a titulação, deverá haver a homologação da demarcação, que depende do andamento de uma ação discriminatória e da conclusão de todos os processos de desapropriação e indenização dos não quilombolas que estão nos perímetros das comunidades

¹⁵ Segundo o SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem dois tipos de unidade de conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. No grupo das Unidades de Proteção Integral estão os Parques Nacionais (e Estaduais); neles a presença de população humana é proibida. As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Uso Sustentável. Essa categoria permite a presença humana, mas as atividades devem ser reguladas por um plano de manejo. Uma diferença fundamental entre as duas áreas é o fato de que nas APAs é permitido a existência de terras privadas, ao contrário dos Parques.

tamanho dos roçados faz com que a possibilidade de serem descobertos pelos *florestais* diminua. Entretanto as dificuldades fazem com que a agricultura seja cada vez menos uma prática e uma alternativa, dando lugar à extração de palmito, também ilegal, porém muito mais fácil de ser praticada em surdina.

Atualmente, entretanto, o conflito parece estar menos latente e a fiscalização menos incisiva. Percebe-se que há uma certa lógica de acomodação ao sistema restrições – infrações – multas. Seu Dário, de Sapatú, conta que já levou duas multas por cortar palmito. Ainda, nas comunidades, não é tão velado o fato de que muitas famílias sobrevivem da extração do palmito.

Josias, presidente da Associação Remanescentes de quilombos de Sapatú e guarda-parque do PEJ desde 1996, conta que *“já foi mais fiscalizado. Eles sabem que a gente não é invasor. Do outro lado do Parque, no Cedro, em Barra do Turvo, tem muito invasor. Eles querem aplicar aqui o que eles aplicam lá. Aqui eles não são invasores.”*

As várias experiências de gestão e preservação de recursos florestais colocaram agricultores no centro da discussão ambiental. Em 1997, com o início da administração do PEJ pelo Instituto Florestal, foi oferecido aos moradores das comunidades o primeiro curso de monitores ambientais. Se, por um lado, *“o parque oprime”*, por outro ele oferece, através da Secretaria de Turismo, alguma alternativa econômica. A postura de *“tirar com uma mão e dar com a outra”* não foi bem vista por algumas pessoas das comunidades, sobretudo pelo fato de saberem que tinham o direito legal sobre uma parte da área do PEJ. Na ocasião, inclusive, as associações se posicionaram contra a participação de quilombolas no curso de formação. Entretanto, acabaram cedendo e, hoje, as duas comunidades têm, juntas, um total de 18 monitores ambientais prestando serviços no PEJ. A atuação dos quilombolas foi (e ainda é) marcada pela criação da AMAMEL – Associação dos Monitores Ambientais do Município de Eldorado –, em meados de 1998.

Já na ocasião da primeira eleição para a presidência houve um racha, pois o candidato eleito representava os monitores da cidade. André, monitor ambiental quilombola, formado na primeira turma, relata a ope-

sição em termos de “*nós aqui de cima*” e o “*povo da cidade*”. Depois do racha, o “*povo da cidade*”, “*mais individualista*”, criou a ONG Pé no Mato, e a AMAMEL ficou aos cuidados dos monitores quilombolas.

Uma das conquistas da AMAMEL foi a obrigatoriedade do acompanhamento de um monitor ambiental nas visitas à Caverna do Diabo e outras locações do PEJ.

Para entrar no parque, cada visitante paga R\$5,00. Deste valor, R\$ 3,00 fica para a administração do PEJ e o restante vai para o monitor acompanhante. Durante a semana, os monitores trabalham em um sistema de escala, já que a quantidade de turistas diminui bastante; já nos finais de semanas e feriados, a participação deles no trabalho é opcional, sendo feito um esquema de rodízio no acompanhamento das visitas entre que comparecem para *trabalhar*.

No parque ainda há uma lojinha na qual artesãos locais vendem produtos, como balas, compotas de banana e utensílios feitos da palha da bananeira. Em uma conversa com Josias e com seu José Pedro, ambos expressaram a necessidade (e o projeto) de um selo quilombola, pois não querem “*vender artesanato como só uma lembrança, sem história.*”

O contexto rural brasileiro é perpassado por diversas estratégias de seus atores para a permanência neste espaço social. É um rural dinamizado por movimentos sociais de acesso à terra, onde atores põem em prática estratégias diversas, que vão desde a pluriatividade ao cooperativismo e associativismo.

A valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade é dimensão importante do desenvolvimento territorial, pois ajuda a construção e a reafirmação de identidade local, e alternativa para lugares aonde a produção agrícola não é suficiente. Porém, cabe uma ressalva: a situação de uma determinada comunidade quanto à propriedade legal da terra é fundamental para a análise dos processos sociais em curso, na medida em que tal situação é determinante dos rumos de tal processo, como pode ser verificado no fato contado por André:

“Se não fosse a coisa da comunidade quilombola e o direito à terra, André Lopes seria uma instância turística igual à Serra, aonde fica a caverna Santana. Lá os moradores tiveram que embarcar no sistema de comprar tudo e não conseguem...”

Um ou outro consegue se dar bem, mas o povo mesmo não. Aqui estaria neste mesmo caminho..."

O bairro ao qual André se refere, Serra, se encontra hoje "cheio de pousadas e restaurantes", cujos proprietários são "pessoas de fora", que compraram a terra do "povo de lá".

O que está em jogo nas redefinições do rural hoje é, também, a articulação entre concepções divergentes de natureza e trabalho, explicitada na gestão do espaço e no campo político. Como bem coloca Mormont, "o meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe" (Mormont,1996:40).

Os processos sociais que configuram a reconceitualização sócio-política do mundo rural consolidam práticas que envolvem processos participativos de planejamento e gestão social. Assim, o contexto da demanda dos moradores de André Lopes e Sapatú pelo direito de uso e exploração turística dos recursos naturais locais pode ser apreendido em várias dimensões. Desde a institucional, que envolve a sobreposição de áreas de remanescentes de quilombo e do Parque Estadual de Jacupiranga, passando pelo modo de vida, com estratégias de produção agrícola e não agrícola, e pelo consumo, que envolve o turismo e o meio ambiente.

A complexidade sociológica da localidade em questão é perpassada por representações e práticas que articulam as noções de identidade étnica, ecológica e territorial.

Não há como negar, portanto, a redimensão do papel do Estado e a configuração de novas formas de sociabilidade no mundo rural. Entretanto, cabe notar, na situação acima descrita e em tantas outras que compõem o mundo rural hoje, a centralidade da relação entre os processos sociais em curso e a perspectiva do acesso e titulação da terra.

ABSTRACT: The present article is concerned with contemporary social situations that involved new ruralities, and it crosses other subjects like environment, identity, territory and tourism. The region of Ribeira Valley SP is known for the large number of Quilom-

bolas communities. The André Lopes and Sapatú communities have their territories overlaid with the Jacupiranga State Park. The lawsuit for the rights over the natural patrimony of that area is central in this context; the possibility of their tourist exploration is considered by local inhabitants as an economic alternative to the agriculture. Hence personal and familiar strategies reveal representations and practices where notions of ethical, ecological and territorial identities articulate themselves.

KEYWORDS: New ruralities, tourism, ethnical identity, environment, social process.

BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO, P.R.R. *Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?* In TEDESCO, J.C.(org). *Agricultura Familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. *Os quilombos e as novas etnias*. In O'DWEYER, Eliane (org.) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ANDRADE, T (org). *Quilombos em São Paulo: tradições*. Direitos e lutas. São Paulo: Imesp, 1997.
- ARRUTI, José Maurício. *A Emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. In *Mana*, vol.3, n.2, 1997.
- BANTON, M. *Etnogênese*. In *A idéia de raça*. Lisboa:Edições 70, 1979.
- BRANDÃO, C.R. *Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília: Ed. UNB, 1977.
- BENATTI, J. H. *Constituição e Cidadania: a demarcação das terras de quilombolas no estado do Pará*. Caderno de Pós graduação em direito. Belém: UFPA, v2. n8/9, 1988.
- _____. *Posse agroecológica e manejo florestal: um estudo das concepções jurídicas sobre os apossamentos das populações tradicionais da Amazônia brasileira*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Belém, ed. Rev, 2001
- _____. *Posse Coletiva da Terra: um estudo jurídico sobre o apossamento de seringueiro e quilombolas*. Revista CEJ/ Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários – vol 1, n1, Brasília, CJF, 1997.
- CARNEIRO, M.J. *Ruralidades: novas identidades em construção*. In *Estudos sociedade e agricultura*, UFRRJ, n.11, out. 1998a.

- _____. Camponeses, Agricultores e Pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra-cap, 1998b.
- CARVALHO, Maria Celina P. et all. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. In Ambiente e Sociedade. Ano V, n.10, 2002.
- FERREIRA, A. D. D. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, out., 2002.
- GUSMÃO, N. Campinho da Independência: um caso de proletarização caicara. Dissertação de mestrado. PUC/ SP, 1979.
- JEAN, Bruno. *Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.
- JOLLIVET, M. *A “vocaç o atual” da sociologia rural*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.11, out., 1988.
- MENDRAS, H. La fin des paysans, suivi d’une réflexion sur La fin des paysans vingt ans après. Actes Sud, 1991.
- MOREIRA R.J. e GAVIRIA, M. R. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.
- MORMONT, M. *Le rural comme lecture du social*. In JOLLIVET e EIZNER (org.) L’euope et ses campagnes. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1996.
- _____. *Who is Rural? Or How to be rural: towards a sociology of the rural*. In MADSEN, TERRY et al. (org). Rural restructuring: global process and their responses. London: David Fulton, 1990.
- O’DWEYER, Eliane. *Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos*. In O’DWEYER, Eliane (org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- OLIVEIRA, J. P. *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 1999.
- QUEIROZ, R. Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: USP, 1983.

- REDFIELD, R. *Peasantry: part-societies*. In *The little community, peasant society and culture*. Chicago: University Chicago Press, 1960.
- RIOS, A. V. *Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas*. In *Boletim Informativo NUER – Regulamentação de Terras de Negros no Brasil*. Vol. 1, n.1, 1997.
- SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista*. Estudos Cebrap, 26. São Paulo, 1980.
- STUCCHI, D; OLIVEIRA JR., A; CHAGAS, M.; BRASILEIRO, S. *Lauda Antropológico das Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatú, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Vale do Rio Ribeira de Iguape, SP*. In ANDRADE, T. et all (orgs.). *Negos do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território*. São Paulo: ITESP, 2000.
- VOGT, C.& FRY, P. *Cafundó. A África no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. In *Estudos sociedade e agricultura*, UFRRJ, n.15, out, 2000.
- WOLF, E. *Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar*. In FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO (orgs.) *Antropologia e Poder*. Brasília-Campinas: Ed. UNB e UNICAMP, 2003.